

## PROTESTANTISMO E CULTURA BRASILEIRA: TENSÕES E ACOMODAÇÕES

ELIZETE DA SILVA\*

### INTRODUÇÃO

Pretende-se, nesta comunicação, analisar as representações que anglicanos e batistas construíram em torno da cultura nacional, no período correspondente às duas últimas décadas do século XIX até os anos trinta do século passado. Trata-se de um período histórico rico, caracterizando-se, principalmente, como uma época de transição com o reordenamento da sociedade após a abolição do trabalho escravo e a instalação do regime republicano. O enfoque da pesquisa é o território baiano, especialmente Salvador.

O protestantismo está presente no território brasileiro desde o período colonial, de forma episódica com huguenotes franceses no Rio de Janeiro, no século XVI, e calvinistas de origem holandesa no século XVII, na Região Nordeste, os quais foram expulsos da colônia pelos esforços da metrópole portuguesa, ávida por manter o monopólio da fé. Após 1808, com a abertura dos portos e a vinda da família real para o Brasil em decorrência do quadro político europeu, diversos fatores de ordem política e econômica favoreceriam a instalação sistemática de grupos reformados no País. O Tratado de Paz e Amizade e o de Comércio e Navegação entre a Inglaterra e Portugal, acordados em 1810, garantiram vantagens comerciais aos súditos britânicos e tolerância religiosa aos grupos não-católicos.

Após a independência do Brasil, a Constituição de 1824 manteve o catolicismo como religião oficial, porém os acatólicos poderiam realizar seus cultos específicos de forma privada, em templos despidos de arquitetura religiosa tradicional e sem sinais exteriores, como torres ou sineiras, além da proibição de cultos públicos e de propaganda das doutrinas.

Em virtude da ascendência britânica sobre o governo de D. João, a Igreja Anglicana instalou-se no País, em 1819, no Rio de Janeiro, capital do Império, num templo denominado Christ Church. Na Bahia, desde 1813 havia uma colônia inglesa

---

\* Professora plena da Universidade Estadual de Feira de Santana/Bahia. Doutora em História pela USP.

que realizava cultos. Em 1822, constata-se a existência, em Salvador, da Saint George Church, posteriormente Bahia British Church, além do Cemitério Britânico na Ladeira da Barra. Era um protestantismo de imigração, com serviços religiosos em inglês, para prestar assistência espiritual aos comerciantes e capitalistas britânicos, sem interesse em converter os brasileiros (SILVA, 1998).

A Primeira Igreja Batista do Brasil foi organizada em Salvador, por missionários de origem norte-americana, em 1882, fazia parte de um amplo processo de expansão dos EUA no Brasil. Congregacionais, metodistas e presbiterianos precederam a Denominação Batista. Constituíam um tipo de protestantismo denominado missionário, com um caráter densamente proselitista, disputando, aguerridamente, fiéis entre os seguidores do catolicismo em todo o território nacional.

Trata-se de um trabalho na perspectiva da História da Religião dialogando com a História Cultural, especialmente os conceitos de representação e práticas formulados por Roger Chartier (CHARTIER, 1990). Para apreender o processo de elaboração dessas representações e práticas eclesiais, pesquisamos fontes produzidas pelos grupos religiosos em apreço, além de uma bibliografia específica sobre a temática e o contexto histórico do período abordado.

## VISÕES PROTESTANTES SOBRE A CULTURA BRASILEIRA

Decorrente de sua constituição histórica, a cultura brasileira resultou de um amálgama de elementos europeus, africanos e indígenas. Em que pese a predominância numérica da população de origem africana, foram os elementos europeus e católicos do português colonizador que prevaleceram hegemonicamente, contudo, sem extirpar, de forma definitiva, traços culturais africanos, que persistiram como um verdadeiro processo de resistência cultural. Quanto aos elementos indígenas, de forma mais diluída, participaram desse caldeirão cultural, apesar do processo de dizimação que sofreram desde o período colonial.

A adaptação portuguesa à vida dos trópicos produziu uma forte mestiçagem. No entanto, tal laboratório de mestiçagem cultural não ocorreria de forma indolor e tão harmônica. De fato, o que ocorreu foi um processo de imposição da cultura do colonizador branco português sobre os negros africanos e os indígenas autóctones, que

já habitavam as terras brasileiras antes da colonização portuguesa. Imposta a religião, a língua e as instituições, o lusitano incorporou hábitos e bens materiais africanos e indígenas indispensáveis à sua sobrevivência em terra estranha, porém não existiu um processo de reciprocidade cultural. As teses de assimilação de Gilberto Freyre e da solidariedade cultural de Sérgio Buarque de Holanda já foram criticadas por diversos autores.

A sociedade soteropolitana, mesmo após a extinção da escravatura, manteve resquícios escravistas muito visíveis na sua composição. Do seu passado colonial e imperial, Salvador e a Bahia herdaram uma forte presença negra e escravista. Segundo Maria José Andrade, “a população baiana do século XIX era majoritariamente negra, ela constituía a principal classe dominada da Bahia na época e conforme o censo de 1872 69,1% da população era de cor negra (ANDRADE, 1988: 29).

No cenário sociocultural baiano, perdurou, predominantemente, a subalternidade de pobres e negros frente a uma pequena elite econômica branqueada, que impunha a cultura branca católica pelo menos até a década de 1937, quando ocorreriam transformações significativas com a realização do I Congresso Afro-Brasileiro. Os terreiros de Candomblé persistiram, apesar das proibições e batidas policiais.

Portanto, anglicanos e batistas instalaram suas comunidades religiosas num campo religioso hegemonicamente católico, com profundas marcas das religiões de matrizes africanas. Vários fatores concorreram para o desencadeamento de tensões entre protestantes e católicos. Fazia parte do conteúdo doutrinário difundido pelos missionários uma atitude extremamente hostil ao catolicismo e, conseqüentemente, à cultura brasileira forjada pelo catolicismo. O Reverendo Bagby, em carta aos seus familiares, em 1881, descreveu assim a situação religiosa do Brasil: “o catolicismo romano no Brasil é paganismo glorificado. Seus templos e seus rituais, seu clero e suas vestimentas, seu simbolismo, adoração de imagens e amuletos, suas penitências para os vivos e suas orações pelos mortos... são todos puro paganismo” (HARRISON, 1987: 30). O verdadeiro cristianismo era o seguido pelas igrejas evangélicas, era o que pregavam os líderes batistas.

Os anglicanos não desqualificavam a Igreja Católica de pagã, porém consideravam a sua igreja e a cultura anglo-saxônica superiores frente à cultura latina

católica, consideravam os povos católicos naturalmente atrasados e inferiores. Os batistas seguiam a mesma concepção etnocêntrica. Segundo o Jornal Batista:

*...as raças são obras de um só Criador. Para nós não existe raça latina, nem raça saxonia, mas povos de educação catholica romana e povos de educação evangélica, ou protestante. Assim, attribuimos e com toda a razão, a diferença quer de inferioridade quer de superioridade, que caracteriza cada uma destas raças à educação e à educação religiosa, à influência da religião que cada um professa respectivamente (O JORNAL BAPTISTA, 7/12/1911: 02).*

Nessa perspectiva de considerar os postulados culturais religiosos definidores de superioridade ou inferioridade de determinados povos, os batistas, nesse período, atribuíam os africanos e, por conseguinte, à etnia africana, o grau mais inferior da escala humana, portanto, em franco desacordo com a igualdade pregada pelo cristianismo. Sob o título *Carta de Londres*, o Jornal Batista publicou as experiências de um missionário que trabalhava no Alto Congo, assim se referiu aos africanos: “... atingem ao mais baixo grau de existência de todos as criaturas humanas. A sua estupenda ignorância, grosseiras superstições e bárbaros costumes, por certo não tem paralelo entre os demais povos...e a feitiçaria, quasi a sua única arte”( O JORNAL BAPTISTA,15/6/1906: 07).

Essa atitude etnocêntrica espalhou-se na Denominação Batista como uma prática recorrente. Em 1926, o *Correio Doutrinal*, jornal que circulou entre os batistas do Nordeste, publicou, sob o título *Superstição Perigosa*, um artigo em que o articulista, além de condenar as práticas culturais dos negros como fetichistas, referiu-se a alguns que tinham vergonha de se considerarem de origem negra em decorrência desse misticismo que deveria ser condenado e combatido: “o negro boçalmente fetichista, legou tendências supersticiosas que perduram naquelles que se envergonham de ser oriundos da raça negra” (CORREIO DOUTRINAL, 18/6/1926: 08). A discriminação mascarada sob o manto da pureza doutrinária aqui se desvela e mostra-se completamente nua, chegando até a justificar o próprio racismo dos negros que se envergonhavam de suas origens étnicas porque se vinculavam a costumes idólatras de feitiçaria.

As práticas culturais de origem africana que persistiam na cultura brasileira foram condenadas como diabólicas e culturalmente inferiores porque tanto ingleses anglicanos quanto norte-americanos batistas cultivavam um etnocentrismo declarado. A superioridade da “raça anglo-saxônica” fazia parte das reflexões da imprensa batista dos

EUA. Em 1895, *The Mission Journal*, publicou sob o título *A Raça Anglo- Saxônica Promete Ser Uma Raça Universal*, um artigo que evidenciava o ufanismo etnocêntrico e imperialista dos grupos religiosos em questão:

*Esta poderosa raça anglo-saxônica, embora compondo 1/15 avos da humanidade, agora reina em mais do que um terço da superfície da terra e mais um quarto do povo... O Sr. Darwin falou: 'há aparentemente muita verdade na crença que o maravilhoso progresso dos EUA, bem como o caráter do seu povo, são resultados de seleção natural; pois os homens mais enérgicos, inquietos e corajosos, de todas as partes da Europa, emigraram durante as últimas 10 ou 12 gerações para aquele grande país e lá tem o maior êxito ....' ( THE MISSION JOURNAL, outubro.1895, n.1: 20 e 21).*

Os anglicanos partilhavam a mesma postura etnocêntrica, observe-se o que foi dito por um clérigo, em um Congresso, Pan-Anglicano em 1907.

*A Igreja Inglesa não está mais isolada, como o povo inglês não está mais isolado. O soberano inglês governa mais de um quinto de toda a raça humana, e um sexto do globo habitável... E nem é somente dentro dos limites dos domínios ingleses e americanos que a influência da raça inglesa é percebida... Correspondendo a este progresso da raça inglesa está a difusão da Igreja Anglicana (QUARTERLY RECORD.1907: 2).*

O etnocentrismo dos missionários batistas e a condenação da cultura brasileira foram percebidos pelos próprios membros da comunidade religiosa. Em 1910, um grupo descontente com a liderança dos missionários norte-americanos separou-se da Primeira Igreja Batista do Brasil, organizou, em Salvador, a Igreja Batista Independente do Garcia e, em 1916, a Missão Batista Independente, com o objetivo de criar “um trabalho evangélico nacional no qual o elemento indígena, seja o único preponderante” (O LIBERTADOR, maio de 1917: 01). Dentre os exemplos para se explicitarem as reais causas do surgimento dos independentes, está o fato de que as missões protestantes chegaram ao Brasil coincidentemente com a expansão do capitalismo norte-americano, não só no País, mas em toda América Latina; isso contribuiu para “ocasionar uma dependência eclesiástica bastante acentuada das novas igrejas brasileiras em relação às igrejas-mães, instaladas em solo norte-americano” (SILVA, 1982: 135). Tal dependência eclesiástica incluía a liturgia voltada para a cultura norte-americana, a liderança autoritária dos missionários estrangeiros, mas, sobretudo, o financiamento dos trabalhos denominacionais no Brasil.

Os missionários americanos se referiam sempre aos fiéis baianos como nativos, além de considerá-los sempre despreparados e incultos para as tarefas eclesiásticas. Ao lado disso, convém destacar a defasagem em termos da mentalidade e escolaridade entre os líderes batistas, oriundos dos EUA e os batistas baianos, em sua maioria analfabeta. (TEIXEIRA, 1983) O choque não foi evitado nem atenuado. O pragmatismo e a rigidez da ética dos missionários opunham-se a um caráter mais emocional dos baianos, marcado por fortes traços culturais influenciados pelo catolicismo.

Sujeitos a uma forte pressão etnocêntrica vivida cotidianamente nas relações com os missionários, isso contribuiu para que, de forma assistemática, os batistas independentes desenvolvessem o pensamento de que a ingerência estrangeira era algo maléfico e decidissem rompê-la, lançando mão de representações batistas para justificar a ruptura. A Igreja Batista do Garcia considerava-se responsável por apagar certa imagem de estrangeirismo e de exploração entre os evangélicos, denunciada frequentemente na imprensa secular.

## FORJANDO OUTRO PADRÃO CULTURAL

A elite política republicana que assumiu o poder a partir de 1889 na Bahia tinha uma agenda de modernização urbana e de profilaxia moral para a população mestiça, que incluía um “processo de internalização dos padrões culturais da elite branca pela população de cor, conhecido pela expressão “preto de alma branca,” como uma verdadeira missão desafricanizadora “(FERREIRA FILHO, 1994: 104). O projeto ideológico republicano pretendia apagar os resquícios da sociedade baiana colonial e os traços africanos que perduravam na paisagem cultural da cidade e na grande maioria da sua população. Nesse projeto de modernização, civilização e desafricanização, a inserção do protestantismo e do progresso atávico, que a elite política enxergava nos países de origem protestante, seria um elemento pedagógico importante, em que pese as preocupações e os temores da hierarquia católica.

Nos livros de atas da Primeira Igreja Batista, estão registrados vários incidentes com fiéis que mantinham antigas práticas afro-católicos e que, geralmente, após serem exortados a abandonarem tais práticas, consideradas idólatras, eram excluídos do rol de membros da comunidade, isto é, eram punidos com o mecanismo de coerção mais grave

do grupo. Ao mesmo tempo em que condenavam as práticas culturais afro-católicas, os missionários estrangeiros inculcavam novas práticas oriundas da cultura anglo-saxônica.

O relato de uma comemoração do dia da abolição da escravatura, em 1920, oferece aos leitores, além das concepções sobre a liberdade, elementos para reflexões sobre a construção de um discurso e de práticas oriundas da cultura anglo-saxônica que os protestantes queriam inculcar em seus prosélitos brasileiros. No artigo, o jovem lamentou a ausência do “Superintendente da Escola Dominical, que não assistiu ao *Five o'clock tea* dos moços, por se achar doente” (A MENSAGEM, 20/5/1920: 5). Destaca-se a importância da Escola Dominical no doutrinamento dos fiéis batistas, e como um dia de feriado nacional foi aproveitado como um momento privilegiado para dar-se continuidade a esse processo de inculcação dos princípios religiosos. Nesse episódio, nota-se que há um acentuado estrangeirismo na festa de comemoração: não foi feito um *caruru*, comida típica baiana de origem africana, para festejar o 13 de Maio, mas um chá das cinco, expressão de hábitos tipicamente anglo-saxônicos que os jovens baianos estavam aprendendo com os missionários, como uma prática civilizada de sociabilidade saudável que deveriam cultivar, esquecendo assim as antigas práticas afro-católicas, segundo os batistas, carregadas de paganismo e idolatria.

A surpresa que causa um *Five o'clock tea*, como prática numa tropical Salvador e para comemorar a abolição da escravidão, só se torna compreensível na medida em que fica evidente que os missionários estrangeiros, no processo de evangelização, levaram junto o seu estilo de vida e a sua cultura, como a mais coadunada com os princípios evangélicos e batistas.

O analfabetismo que grassava no Brasil foi um problema que prendeu a atenção dos anglicanos e batistas, e a busca de formas para enfrentá-lo no interior desses grupos religiosos também informam as representações sobre a cultura brasileira e os vínculos que faziam com a escolarização formal. O Bispo anglicano Every imputava a incredulidade dos letrados ao “ambiente moral degradado na América do Sul agravados com 40% a 80% das pessoas analfabetas” (EVERY, 1933: 5) que não conheciam os verdadeiros princípios evangélicos. O analfabetismo, conforme a ótica protestante, representava um grave problema social com desdobramentos espirituais, haja vista a ênfase que a doutrina reformada dava à leitura do texto bíblico como um caminho para o conhecimento do Evangelho e da salvação pessoal. Assim, o não-

letramento constituía um sério entrave para que as pessoas conhecessem os princípios cristãos e pudessem mudar o padrão cultural degradado para um padrão moralmente aceitável, como pensavam anglicanos e batistas.

A preocupação do clérigo com o analfabetismo devia-se também às consequências que esse poderia acarretar para a infância das comunidades britânicas. Criticava o Estado que não oferecia uma boa educação, especialmente por não ter condições de oferecer uma formação religiosa e dizia que “em nenhum lugar do mundo é mais importante que a educação dos nossos filhos seja baseada firmemente na religião” (EVERY, 1933: 179). Buscando solucionar o problema internamente, nos locais em que havia uma grande concentração de crianças inglesas, foram organizadas escolas que seguiam a orientação da igreja, a exemplo de Morro Velho e Rio de Janeiro, que possuíam escolas paroquiais e constantemente eram notícias na Gazeta Diocesana.

Não faltaram planos para a construção de uma escola em Salvador. Em 1858, o Reverendo Charles Nicolay apresentou à Igreja a proposta de criar “uma escola para as crianças inglesas e outras de comerciantes estrangeiros, que estaria sob a direção do Capelão e do Comitê da Igreja e que esta seria auto-sustentável” (CORRESPONDÊNCIA, 11/5/1858). O comitê da Saint George Church, em carta endereçada ao Bispo de Londres, pediu a aprovação das medidas para a instalação da escola. No entanto, os planos educacionais do reverendo não foram concretizados

A maioria das crianças era mandada para a Inglaterra com o objetivo de completar a educação formal e profissional. As poucas que permaneceram em Salvador, provavelmente, estudavam no Colégio Alemão ou no Colégio Taylor Egydio, o primeiro não-confessional, mas destinados basicamente, para estrangeiros residentes em Salvador, e o segundo, de orientação batista, porém com uma clientela variada e já tendo granjeado a consideração da opinião pública, como um bom colégio particular que seguia os modernos métodos norte-americanos (SILVA, 1998).

O analfabetismo foi percebido pelos batistas como um problema a ser enfrentado, pois dificultava diretamente o trabalho de proselitismo, baseado, principalmente, na divulgação de tratados evangélicos e na leitura e compreensão do texto bíblico, considerado elemento primordial na devoção pessoal dos fiéis e regulador de normas, práticas e doutrinas do grupo. Na estratégia missionária, a leitura

da Bíblia ocupava um lugar central e insubstituível, portanto, o fato de a maioria da membresia ser analfabeta significava um verdadeiro entrave para o doutrinamento e a expansão da denominação na Bahia e no Brasil.

No final do período imperial, quando os batistas se instalaram na capital baiana, a situação do setor educacional era bastante crítica. Convém destacar que os esforços educativos atingiam, exclusivamente, a população livre deixando de fora o grosso da população baiana formada por escravos e seus descendentes. Tratava-se de uma educação dirigida à elite baiana, ficando conseqüentemente, excluindo a população pobre e negra, que formava, majoritariamente, a membresia batista.

Nos primeiros anos de funcionamento da Primeira Igreja Batista, em Salvador, para que os irmãos não-alfabetizados pudessem conhecer o básico das doutrinas, a assembleia decidiu, em 1886: “ser necessário ler o nosso Pacto ao menos uma vez por mês... pelo motivo de muitos irmãos não saberem ler. Nesse sentido foi feita moção e foi aprovada. (LIVRO DE ATAS DA PRIMEIRA IGREJA BATISTA DO BRASIL, n. 1, ata 103: 115). Além da necessidade de ler a Bíblia, exigências administrativas de funcionamento da vida eclesiástica requeriam uma escolaridade mínima, que permitisse a todos os membros da comunidade desempenhar cargos nas diversas organizações internas, tais como, presidentes, secretários, tesoureiros e relatores de comissões, dentre outros.

A Bahia republicana recebeu do Império, como herança nefasta, um baixo nível de escolarização que as autoridades educacionais consideravam incompatível com o seu projeto de democratização da sociedade e de formação do cidadão. Os ideais de democratização do saber da elite republicana não se concretizaram durante o período a que se refere este trabalho. Na realidade, o analfabetismo continuou a ser um problema da sociedade brasileira, do qual a liderança batista tinha plena consciência, afinal de contas tratava-se de uma questão concretamente visível e partilhada no seio da denominação.

O Reverendo Taylor, no final do século XIX, referiu-se a membros analfabetos da Primeira Igreja Batista, no momento da profissão de fé, muitos irmãos confessavam não saber ler e todos respondiam afirmativamente a pergunta de que queriam ler a Bíblia. “Eles queriam aprender, na maioria não para outra coisa, mas para ler a Palavra de Deus, 75% do povo não sabe ler!” (TAYLOR, 1969: 36). Na ótica dos batistas, o

analfabetismo, como problema, atingia duas dimensões: a interna, porquanto dificultava a expansão e a consolidação do trabalho batista na Bahia, a externa, ao reconhecerem-no como um óbice que dificultava o desenvolvimento do País em todas as áreas, enfim, ganhava a dimensão de um problema social, que também inibia a formação de uma opinião pública.

Representado como sinônimo de cegueira e escuridão, para os batistas, o analfabetismo era uma “*terrível hydra*” que se chocava contra a “*divisa auriverde ordem e progresso*”, um grande entrave para que o País de fato progredisse e desenvolvesse suas potencialidades, conforme o Jornal Batista, que frequentemente apresentava artigos e reflexões sobre a instrução e o analfabetismo no Brasil.

Ao buscar os fatores que provocavam o problema, a liderança do grupo não analisou os determinantes sociopolíticos causadores do analfabetismo. Nas condições de seguidores da tese da superioridade cultural das nações protestantes em detrimento das católicas, consideravam que a tradição católica brasileira era o fator primordial para explicar o analfabetismo no País. Falando sobre as esperanças que a República trazia para resolver o problema educacional no Brasil, o missionário E. V. Mullins, em 1896, opinou sobre a responsabilidade da Igreja Católica frente à questão do analfabetismo:

*Como um exemplo da condição educacional do Brasil antes da mudança de governo, basta um simples fato. Na Província da Bahia, que é a residência do arcebispo católico, e que tinha uma população de 1.400.00, havia 962.720 que não podiam ler nem escrever. Este é um fato que quase nem precisa de comentário, quanto à política educacional e o espírito da hierarquia romana. E é esta política que tem emperrado o Brasil enquanto as nações marcham adiante. É isto que tem causado uma indolência e lentidão intelectual, industrial e religiosa do povo. A educação encorajada sob o domínio Romano era superficial e mecânica. Crianças eram ensinadas a decorar nomes de santos, catecismos, etc. O poder do raciocínio não era estimulado, e a mente ficava subdesenvolvida. (THE FOREIGN MISSION JOURNAL, 1896, june n.2: 61 ,62).*

Na opinião do missionário, o ônus do analfabetismo recaía sobre a Igreja Católica, responsabilizava-a por uma educação equivocada e superficial, provocadora de atraso e fragilidade intelectual e cultural naqueles que a recebiam, por isso os brasileiros eram indolentes, e o subdesenvolvimento do País era uma decorrência do catolicismo. Em 1901, o Jornal Batista assim se expressou: “a ignorância é a mãe da devoção é a doutrina da igreja catholica... os adeptos dessa igreja são em quase toda a

sua totalidade analphabetos andam às apalpadelas na retaguarda da civilização moderna” (O JORNAL BAPTISTA,1901,n.7: 02) .

A vinculação estreita do analfabetismo com o catolicismo foi um tema recorrente na literatura batista, constituindo parte significativa do seu discurso e de sua estratégia evangelística em busca de novos prosélitos. Como contraponto do analfabetismo dos países católicos, acreditavam os batistas que, nos países de origem protestante, as taxas de analfabetismo eram baixas ou insignificantes em decorrência da vivência do protestantismo por parte da maioria da população.

Ao mesmo tempo em que desqualificavam a Igreja Católica tendo-a na conta de obscurantista e responsável pelo analfabetismo do País, os batistas construíam uma autoimagem de progressistas, letrados e que a aceitação de suas doutrinas contribuiria decisivamente para alfabetizar a população, livrando-a das “*trevas da ignorância e das garras da hydra,*” conforme suas próprias representações do problema. Segundo a ótica batista, a conversão aos princípios protestantes era um poderoso incentivo para que pessoas iletradas buscassem a alfabetização e cultivassem o interesse pela leitura, e se tornassem cultas.

A elite republicana coadunava com a ideia da superioridade cultural dos países protestantes. Em 1880, num discurso inflamado na Assembleia Geral do Império, o político baiano Ruy Barbosa assim se expressou:

*...do protestantismo é filha a instrução popular, que constitui o grande característico, o principal instrumento e a necessidade vital da civilização moderna; ao protestantismo encontra-se associada em toda parte uma exuberancia de prosperidade individual, luxuriante como a vegetação dos trópicos e em contraste com os países onde os processos com os governnos catholicos, applicados em seo vigor, cançaram as almas e esgotharam a energia moral do povo...O protestantismo é a anglicana Inglaterra; é a lutherana Allemanha; é a calvinista Suissa; é a América puritana; são as nações moralizadas e robustas do Norte; é a tendencia anti-papal...o ultramontanismo é o inverso de tudo isso; é o lazzaronismo napolitano, é o caudilhismo espanhol; é a Roma claustral do governo pontificio é a a exploração das populações ruraes...(O ESTANDARTE CRISTÃO,15/4/1907: 02).*

Esse discurso constantemente era citado pelos protestantes em seus periódicos, extratos ou citações eram sempre lembrados como testemunho de um homem público de notório saber e inteligência em defesa do protestantismo. Tanto o *Estandarte Cristão* dos episcopais anglicanos, quanto o *Jornal Batista* e *O Libertador* dos batistas

independentes registraram, em suas páginas, as ideias de Ruy Barbosa sobre os benefícios culturais do protestantismo. Ruy continuou a ser citado pela imprensa, especialmente quando precisavam do argumento e do testemunho da autoridade contra o catolicismo.

Na documentação, entre os vários exemplos de novos convertidos que eram analfabetos e que, imediatamente, após a conversão, motivados pelo desejo de ler a Bíblia e a literatura batista, procuravam alfabetizar-se, destacam-se o capitão Egydio Pereira D’Almeida, financiador do primeiro Colégio Batista na Bahia, o Americano Egydio, que ganhou o seu nome exatamente pelo fato de ter ofertado ao “*missionário Taylor avultada quantia*” para providenciar as instalações do Colégio.

Na esteira das outras denominações protestantes que os precederam no País, como metodistas e presbiterianos, os batistas organizaram colégios de grande porte que ofereciam formação primária e secundária, extensivos a toda população, isto é, àqueles que pudessem pagar as suas mensalidades. Não eram escolas anexas às igrejas, mas, colégios particulares com internato e externato que seguiam os mais modernos métodos norte-americanos.

Émile Leonard referiu-se à fé prática das igrejas norte-americanas como um incentivo ao desenvolvimento das instituições para-eclesiásticas (LEONARD, 1963). A fundação de colégios confessionais, bem aparelhados, era uma forma de propaganda de suas doutrinas e da superioridade da “civilização protestante anglo-saxônica” que orientava esses colégios, em oposição clara aos colégios católicos, considerados obsoletos e com métodos ultrapassados.

Em 1898, os batistas fundaram o Colégio Americano Egydio, o qual, embora tivesse tido um apoio financeiro do baiano Egydio, esteve ao longo do período sob a direção geral e pedagógica dos missionários norte-americanos. Funcionou em Salvador até 1919, foi transferido para o interior, mais precisamente, para o município de Jaguaquara, em 1922.

Outros colégios batistas fundados nas principais cidades do País, a exemplo de Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo e Recife, representariam verdadeiros instrumentos de evangelização ou busca de aceitação entre as classes mais altas, tradicionalmente católicas. Crabtree, que também foi professor do colégio e do Seminário Batista do Rio de Janeiro, traduziu muito bem o zelo educacional dos

batistas, como um sinal da superioridade cultural dos protestantes ao dizer que “Nós, evangélicos, estamos plenamente convencidos da superioridade dos nossos ideais, mas o povo culto em geral não aceita o Evangelho, antes de ficar convencido da superioridade da cultura evangélica” (CRABTREE, 1962: 139).

Gilberto Freyre, ele próprio um egresso do Colégio Americano Batista de Recife, referiu-se aos colégios protestantes, fundados nesse período no País, como “uma estratégia de introdução de anglo-saxonismos, com o propósito nem sempre confessado, de competir com os educadores Católicos, no esforço de dominar a mocidade brasileira” (FREYRE, 1990: 581). O propósito era explicitamente confessado: os colégios batistas eram instrumentos eficazes para atingir a elite culta e demonstrar concretamente que os batistas estavam contribuindo para solucionar, indiretamente, um problema sério que atingia a maioria da população brasileira, ao mesmo tempo em que podiam demonstrar a superioridade cultural do protestantismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Anglicanos e batistas concebiam a cultura brasileira através de um olhar condenatório e se posicionaram numa linha de contracultura. Segundo Niebuhr, nessa perspectiva é realçada a oposição entre Cristo e cultura. Sejam quais forem os costumes da sociedade em que vive o cristão e as realizações humanas que ela conserva, Cristo é visto como oposto a eles (NIEBUHR, 1967: 65). O foco desse olhar guiava-se frequentemente pelo anticatolicismo.

Numa clara atitude etnocêntrica e de contracultura, os anglicanos e os batistas baianos condenavam a cultura local como supersticiosa, de baixo padrão moral. O catolicismo popular vivido pela maioria da população, marcadamente festivo, a induzia, na visão protestante, à ociosidade, à indolência e à falta de iniciativa para as atividades laborais. Certamente essa representação negativa da sociedade e da cultura local influenciou na receptividade das doutrinas protestantes e sua inserção na realidade brasileira.

Conforme uma ótica religiosa, anglicanos e batistas construíram visões particularizadas e negativistas da cultura local que concebiam carregada de erros e pecados. Apresentavam, como solução, a Bíblia ou a “civilização protestante anglo-

saxônica” representando um padrão de excelência, uma via segura para garantir o progresso, a cultura letrada e a modernidade, tão almejados pela elite republicana. Os colégios protestantes e as escolas anexas aos templos foram instrumentos concretos para construir um padrão cultural legitimamente aceito pelos reformados.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maria José S. *A Mão- de- obra Escrava em Salvador 1811 a 1860*. São Paulo. Corrupio. 1988.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 1990.

CRABTREE, A. R. *História dos Batistas do Brasil até o ano 1906*. Rio de Janeiro. Casa Publicadora Batista, 1962.

EVERY E. F. *South American Memories of Thirty Years*. London: Sociey for Promoting Christian Knowledge, 1933.

FERREIRA FILHO, Alberto H. *Salvador das Mulheres. Condição Feminina e Cotidiano Popular na Belle Époque Imperfeita*. UFBA. 1994.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro. Record. 1990.

HARRISON, Helen Bagby. *Os Bagby no Brasil*. Rio de Janeiro: JUERP. 1987.

LEONARD, Émile. *O Protestantismo Brasileiro*. São Paulo. ASTE. 1963.

NIEBUHR, H. Richard. *Cristo e Cultura*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1967.

SILVA, Elizete da. *A Missão Batista Independente Uma Alternativa Nacional*. Diss. Mestrado. UFBA. Salvador. 1982.

SILVA, Elizete da. *Cidadãos de Outra Pátria Anglicanos e Batistas na Bahia*. São Paulo, Tese de doutorado, USP, 1998.

TAYLOR, Z. C. *The Rise and Progress of Baptist Mission in Brasil*. Cauchita, Baptist University. 1969.

TEIXEIRA, Marli Geralda. *Nós os Batistas: um estudo de História das Mentalidades*. São Paulo. Tese de doutorado, USP, 1983.